Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/mh4nwz56

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS GOIANOS: ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES

EVALUATION OF THE MANAGEMENT OF THE BRAZILIAN SCHOOL FEEDING PROGRAM IN GOIÁS MUNICIPALITIES: ANALYSIS OF DETERMINING FACTORS

Thaís de Paula Marques
Mestre, Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás (PPGNUT UFG), Brasil
E-mail: thaisdipaula@gmail.com

Elisa Silva Correia
Mestre, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Faculdade de Medicina Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia- GO/BR
E-mail: elisasilva.nutri@gmail.com

Giovanna Angela Leonel Oliveira
Doutora, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília- DF/BR
E-mail: giovannaangela@gmail.com

Simone Mariano da S. Albrecht
Doutoranda, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia- GO/BR
E-mail: simone_albrecht@discente.ufg.br

Karine Anusca Martins
Professora Doutora Associada IV,
Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia- GO/BR
E-mail: karine_anusca@ufg.br

Recebido: 01/08/2025 – Aceito: 11/08/2025

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/mh4nwz56

Resumo

Objetivos: analisar os fatores que influenciam a gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios goianos. **Métodos:** Estudo transversal realizado em 33 municípios do estado de Goiás em 2018. Os dados foram coletados por pesquisadores treinados através da aplicação de um questionário semiestruturado in loco com os gestores municipais do PNAE. Foi utilizada uma matriz avaliativa validada, composta por duas dimensões (político organizacional e técnico operacional), com três subdimensões em cada uma e um total de 22 indicadores. As associações foram testadas utilizando a correlação de *Spearman* (rs), com um nível de significância de $p<0.05$. **Resultados:** Em 69,7% dos municípios, a gestão do PNAE foi avaliada como "ruim". Destaca-se que a subdimensão "recursos" apresentou uma correlação positiva com a atuação intersetorial (rs= 0,669; $p < 0,01$), monitoramento alimentar e nutricional (rs=0,509; $p<0,05$) e atuação pedagógica (rs=0,539; $p < 0,01$). Além disso, a "atuação intersetorial" mostrou-se associada ao controle social (rs=0,427; $p<0,05$), monitoramento alimentar e nutricional (rs=0,502; $p<0,01$) e atuação pedagógica (rs=0,539; $p<0,01$). **Conclusão:** A maioria dos municípios avaliados enfrenta desafios na gestão do PNAE, principalmente no que diz respeito aos recursos humanos, financeiros, atuação intersetorial e pedagógica. Ressalta-se a necessidade de melhorias desses fatores para o aprimoramento deste Programa importante na alimentação e saúde dos escolares.

Palavras-chave: alimentação escolar; avaliação de programas; programas e políticas de nutrição e alimentação; saúde da criança; Segurança Alimentar e Nutricional

Abstract

Objectives: To analyze the factors influencing the municipal management of the Brazilian School Feeding Program (PNAE) in municipalities in the state of Goiás. Methods: A cross-sectional study conducted in 33 municipalities in the state of Goiás in 2018. Data were collected by trained researchers through the on-site administration of a semi-structured questionnaire with municipal PNAE managers. A validated evaluation matrix consisting of two dimensions (political-organizational and technical-operational), each with three sub-dimensions and a total of 22 indicators, was used. Associations were tested using Spearman's correlation (rs), with a significance level of $p < 0.05$. Results: In 69.7% of the municipalities, the management of PNAE was evaluated as "poor." It is noteworthy that the "resources" sub-dimension showed a positive correlation with intersectoral action (rs = 0.669; $p < 0.01$), food and nutritional monitoring (rs = 0.509; $p < 0.05$), and pedagogical action (rs = 0.539; $p < 0.01$). In addition, "intersectoral action" was associated with social control (rs = 0.427; $p < 0.05$), food and nutritional monitoring (rs = 0.502; $p < 0.01$), and pedagogical action (rs = 0.539; $p < 0.01$). Conclusion: Most of the evaluated municipalities face challenges in the management of PNAE, especially concerning human and financial resources, intersectoral action, and pedagogical activities. It emphasizes the need for improvements in these factors to enhance this important program for the nutrition and health of students.

Keywords: School Feeding; Program Evaluation; Nutrition and Food Programs; Child Health; Food Security

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/mh4nwz56

1. Introdução

A avaliação de políticas públicas é um processo de crescente relevância no Brasil, impulsionada pela necessidade de aprimorar a eficiência dos gastos públicos e seu impacto na realidade social (Crumpton *et al.*, 2016). Em particular, as políticas públicas ganharam à medida que passaram a se basear em evidências de sua efetividade e eficácia na gestão (Barreto *et al.*, 2023).

No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais duradouras, abrangentes e longevas no Brasil (Nero *et al.,* 2023). Seu propósito é contribuir para o desenvolvimento dos escolares por meio da oferta de refeições nutritivas e de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (Peixinho, 2013; Brasil, 2009).

A gestão deste Programa é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Um marco significativo em sua história foi a descentralização dos recursos a partir de 1994 (Brasil,1994), quando os recursos federais para alimentação escolar passaram a ser repassados diretamente aos estados, municípios e escolas federais, denominadas Entidades Executoras (EEx), tornando-as responsáveis pela gestão local do PNAE (Brasil, 2009; Brasil, 2020; Oliveira et al., 2024).

A descentralização dos recursos não apenas melhorou a logística e os custos de distribuição dos gêneros alimentícios, mas também permitiu uma adaptação mais adequada da alimentação escolar às preferências alimentares regionais (Belik; Chaim, 2009). Como resultado, os gestores, representados pelas secretarias de educação nos estados e municípios, assumiram um papel central na coordenação das atividades de execução do PNAE em nível local.

A eficácia das ações de gestão do PNAE é crucial para garantir que os objetivos do programa sejam alcançados, inclusive para a promoção do acesso universal, equitativo, regular e contínuo a uma alimentação saudável e adequada; o apoio ao desenvolvimento sustentável e o controle social; a promoção dos hábitos alimentares regionais; e o planejamento e monitoramento das refeições escolares e das atividades de EAN (Gabriel *et al.*, 2014a; Gabriel *et al.*, 2015).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/mh4nwz56

No entanto, é importante destacar que, até o momento, existem poucos estudos na literatura que abordam todas as áreas de atuação da gestão municipal do PNAE. Alguns esforços incluem a proposição de modelos avaliativos para a gestão municipal do PNAE na Bahia, que desenvolveram um modelo teórico-metodológico divididos em três dimensões – gestão, participação social e eficiência alimentar e nutricional (Calasans; Santos, 2013). O estudo de Gabriel *et al.* (2014b) propõe um modelo de avaliação para a gestão municipal do PNAE, dividindo-a em duas dimensões, seis subdimensões e 22 indicadores, resultando na classificação final da gestão municipal como “Boa”, “Regular” ou “Ruim”.

Diante da importância do papel desempenhado pelo gestor municipal na execução do PNAE em nível local, e considerando a escassez de pesquisas que avaliem essa modalidade de gestão na região Centro-Oeste do Brasil, o presente estudo tem como objetivo avaliar e associar os fatores que influenciam a gestão municipal do PNAE em municípios da região central do país.

2. Metodologia

Este foi um estudo transversal, realizado em municípios do estado de Goiás, Brasil, durante o período de abril a novembro de 2018. No estado são 246 municípios, dos quais 41 foram selecionados pelo FNDE para compor o projeto matriz “Monitoramento e Assessoria a Entidades Executoras Goianas”, que tem por objetivo promover o monitoramento e assessoria à execução do PNAE em Goiás e nos municípios goianos, por meio de apoio técnico e operacional aos atores sociais envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar com vistas ao aprimoramento da sua execução. Com base nos critérios que apontavam possíveis inadequações ou desafios na gestão do PNAE em nível municipal no período de entre 2017 e 2018. A seleção dos municípios participantes foi realizada por meio de amostragem por conveniência.

Para a inclusão neste estudo, foram considerados 36 (87,8%) dos 41 municípios goianos que atendiam os seguintes critérios de inclusão:

- não ter adquirido gêneros alimentícios da agricultura familiar em 2017;

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/mh4nwz56

- não ter enviado a prestação de contas pela Entidade Executora;
- ter denúncias registradas no FNDE;
- ter sido alvo de demandas de órgãos de controle;
- ter saldo em conta em conta que excedia o limite permitido pela legislação (máximo de 30%).

Esses critérios foram utilizados pelo FNDE para identificar municípios que apresentavam indicadores de funcionamento inadequados ao programa. A amostra final deste estudo consistiu em 33 municípios, uma vez que três municípios não responderam ao questionário e foram considerados perda amostral.

A coleta de dados foi conduzida presencialmente nos municípios de Goiás por duas pesquisadoras nutricionistas treinadas. Realizou-se o agendamento prévio das visitas com o município por meio do envio de uma carta convite. As pesquisadoras entrevistaram o secretário(a) de educação (gestor) ou um representante indicado (nutricionista ou coordenador da alimentação escolar) dos municípios selecionados.

Para a coleta, foi utilizado um questionário semiestruturado adaptado, em conformidade com a legislação vigente e validado por Gabriel *et al.* (2014b). O questionário foi estruturado para coletar dados que permitissem a avaliação da gestão do PNAE com base em dimensões, subdimensões e indicadores. Além da aplicação do questionário, foram solicitados documentos adicionais para realizar uma validação e verificação das informações prestadas, tais como atas de reuniões do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), formulários de prestação de contas do PNAE referentes a 2017 e cardápios elaborados pelo(a) nutricionista responsável técnico.

As variáveis do estudo foram categorizadas em fatores para a avaliação da gestão, compreendendo duas dimensões, seis subdimensões e um total de 22 indicadores, conforme a matriz avaliativa adaptada (Gabriel,2013). Essa matriz é detalhada na Tabela 1 que permite a classificação da gestão municipal. As dimensões foram classificadas como (1) Político-Organizacional, a qual avalia as áreas de atuação da gestão municipal para execução satisfatória do PNAE, abrangendo as subdimensões recurso, atuação intersetorial e controle social; e (2) Técnico Operacional, a qual avalia se a gestão municipal assegura a qualidade das

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/mh4nwz56

refeições e a implementação das ações educativas em alimentação e nutrição, incluindo as subdimensões eficácia alimentar e nutricional, monitoramento alimentar e nutricional e atuação pedagógica. A classificação de cada fator foi atribuída com base em uma escala padronizada, onde 0 representa “ruim”, 5 “regular” e 7 “bom”.

Os dados coletados foram submetidos à dupla digitação e posteriormente exportados para o *software Statistical Package for the* Sciences (SPSS) 21.0. Para a análise descritiva, foram calculadas as frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas e média com desvio-padrão para as variáveis contínuas. A correlação de *Spearman* foi utilizada para avaliar as associações entre as seis subdimensões, com um nível de significância estatística com $p<0,05$.

O projeto matriz foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob o parecer n° 2.616.421/ 2018, seguindo os princípios da Resolução CNS n°466/2012. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Tabela 1. Matriz avaliativa da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

	SUBDIMENSÃO	INDICADOR	JUÍZO			
			Indicador	Subdimensão	Dimensão	Gestão
DIMENSÃO POLÍTICO ORGANIZACIONAL	Recursos	1 - Participação da Entidade Executora na execução financeira do PNAE	Bom; Reg.; Ruim	48-56 = Bom 22-47 = Reg. 0-21 = Ruim	19-21 =Bom 8-18 =Reg. 0-7 =Ruim	12-14 =Bom 6-11 =Reg. 0-5 = Ruim
		2 – Adequação do quadro de nutricionistas	Bom; Ruim			
		3 - Adequação da equipe de produção das refeições	Bom; Reg.; Ruim			
		4 - Qualificação do professional	Bom; Reg.; Ruim			
		5 - Condições para o trabalhador	Bom; Reg.; Ruim			
		6 - Condição para o trabalho	Bom; Reg.; Ruim			
		7 -Condições adequadas para o armazenamento e preparo dos alimentos	Bom; Reg.; Ruim			
		8 - Local adequado para as refeições	Bom; Reg.; Ruim			
	Atuação intersetorial	9 - Articulação do PNAE com o setor saúde	Bom; Ruim	19-21 =Bom 8-18 =Reg. 0-7 =Ruim		
		10 - Relação escolas – Unidade Básica de Saúde	Bom; Ruim			
		11 – Estímulo ao desenvolvimento regional para a produção de alimentos	Bom; Reg.; Ruim			
	Controle social	12 - Regularidade da atuação do controle social	Bom; Reg.; Ruim			
		13 - Perfil da atuação do Conselho de Alimentação Escolar	Bom; Reg.; Ruim			
		14 - Apoio institucional ao controle social	Bom; Ruim			
DIMENSÃOTÉCNICO OPERACIONAL	Eficácia alimentar e nutricional	15 - Adequação da oferta	Bom; Reg.; Ruim	24-28 =Bom 11-23 =Reg. 0-10 =Ruim		
		16 - Respeito à cultura alimentar saudável	Bom; Reg.; Ruim			
		17 - Execução do cardápio	Bom; Reg.; Ruim			
		18 - Adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica	Bom; Ruim			
	Monitoramento alimentar e nutricional	19 – Vigilância nutricional dos escolares	Bom; Reg.; Ruim	12-14 =Bom 6-11 =Reg. 0-5 =Ruim		
		20 - Supervisão do nutricionista	Bom; Reg.; Ruim			
	Atuação pedagógica	21 - Ações de estímulo à educação alimentar e nutricional	Bom; Reg.; Ruim			
		22 – Transversalidade do tema alimentação saudável	Bom; Reg.; Ruim			

Legenda: Bom-(7); Reg. – regular (5); Ruim- (0); PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Fonte: Gabriel, 2014b.

4. Resultados e Discussão

Na avaliação geral da gestão municipal do PNAE, a maioria dos municípios foi classificada como gestão “ruim” (n=23; 69,7%), com apenas oito (24,2%) classificados como “regulares” e dois (6,1%) como “bons”.

Na dimensão Político Organizacional, que avalia as áreas de atuação da gestão municipal para a execução satisfatória do PNAE, nenhum município obteve a classificação "bom", enquanto 20 (60,6%) foram avaliados como "ruim". Essa tendência se deve principalmente aos resultados desfavoráveis em suas subdimensões e indicadores. No indicador "Participação da Entidade Executora na execução financeira do PNAE", que avalia a contribuição municipal em relação aos recursos federais para a alimentação escolar, 18 (54,5%) municípios receberam a classificação "bom" devido aos investimentos municipais que representaram, em média 122% dos recursos federais destinados à alimentação escolar. Entretanto, na subdimensão "recurso”, que engloba a adequação do quadro de nutricionistas e da equipe de produção das refeições, qualificação profissional, e condições de trabalho, apenas sete municípios (21,2%) atenderam ao requisito de quantidade adequada de nutricionistas.

No indicador "condições para o trabalhador", que avalia os benefícios e o suporte oferecidos aos profissionais do PNAE, nenhum município foi avaliado como "bom", pois não ofereciam benefícios como planos de saúde, plano de carreira, vale-alimentação e transporte para nutricionistas e manipuladores (Tabela 2).

Ainda na dimensão Político Organizacional, as subdimensões "atuação intersetorial”, focada na articulação do PNAE com outros setores e na promoção do desenvolvimento regional e "controle social”, que analisa a regularidade e o perfil de atuação, além do apoio ao CAE, também receberam avaliações negativas em 20 (60,6%) e 21 (63,6%) dos municípios, respectivamente. Apenas 12 (36,4%) municípios tinham um procedimento formal de encaminhamento dos escolares para Unidades Básicas de Saúde, e 22 (66,7%) não implementaram ações para promover o uso de produtos da agricultura

familiar. Isso enfraqueceu a avaliação geral da "atuação intersetorial". Quanto ao controle social, 25 (75,8%) conselhos municipais de alimentação escolar tiveram menos de sete reuniões registradas em ata em 2017, classificado como "ruim." No entanto, a maioria deles (n=23; 69,7%) apresentaram apoio da gestão municipal em termos de infraestrutura e recursos para suas atividades (Tabela 2).

A dimensão Técnico Operacional, que avalia se a gestão municipal assegura a qualidade das refeições e a implementação das ações educativas em alimentação e nutrição, apresentou resultados mais favoráveis, com quatro (12,1%) municípios classificados como "bons," 14 (42,4%) como "regulares," e 15 (45,5%) como "ruins." As subdimensões "monitoramento alimentar e nutricional", que inclui a vigilância nutricional dos escolares e a supervisão do nutricionista e "atuação pedagógica", que avalia as ações de estímulo à Educação Alimentar e Nutricional e a transversalidade do tema nos currículos, tiveram um maior número de municípios classificados como "bons", sete (21,2%) e oito (24,2%), respectivamente.

O indicador "supervisão do nutricionista", que avalia o monitoramento mensal das escolas pelos nutricionistas, obteve a melhor avaliação em sua subdimensão, com 19 (57,6%) dos municípios alcançando um desempenho positivo. Quando avaliamos a subdimensão "atuação pedagógica", observamos que cerca de um terço (30,3%) dos municípios promoveram ações de Educação Alimentar e Nutricional em todas as escolas da rede municipal, enquanto a maioria (51,5%) foi classificada como "ruim" por não incluir temas relacionados à alimentação saudável no currículo escolar (indicador: "transversalidade do tema alimentação saudável") (Tabela 2).

Tabela 2. Avaliação dos fatores determinantes da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar municípios de Goiás, Brasil, 2018 (n=33).

Variáveis	Bom		Regular		Ruim	
	n	%	n	%	n	%
Avaliação geral da gestão municipal do PNAE	2	6,1	8	24,2	23	69,7
Dimensão Político Organizacional	0	0	13	39,4	20	60,6
Recurso	0	0	13	39,4	20	60,6
1. Participação da EE na execução financeira do PNAE	18	54,5	11	33,3	4	12,1
2. Adequação do quadro de nutricionistas	7	21,2	0	0	26	78,8
3. Adequação da equipe de produção das refeições	14	42,4	17	51,5	2	6,1
4. Qualificação do profissional	12	36,4	7	21,2	14	42,4
5. Condições para o trabalhador	0	0	0	0	33	100
6. Condição para o trabalho	0	0	11	33,3	22	66,7
7. Condições adequadas para o armazenamento e preparo dos alimentos	5	15,2	5	15,2	23	69,7
8. Local adequado para as refeições	2	6,1	2	6,1	29	87,9
Atuação intersetorial	3	9,1	10	30,3	20	60,6
9. Articulação do PNAE com o setor saúde	16	48,5	0	0	17	51,5
10. Relação escolas – Unidade Básica de Saúde	12	36,4	0	0	21	63,6
11. Estímulo ao desenvolvimento regional para a produção de alimentos	2	6,1	9	27,3	22	66,7
Controle social	4	12,1	8	24,2	21	63,6
12. Regularidade da atuação do controle social	4	12,1	4	12,1	25	75,8
13. Perfil da atuação do Conselho de Alimentação Escolar	10	30,3	0	0	23	69,7
14. Apoio institucional ao controle social	23	69,7	0	0	10	30,3
Dimensão Técnico Operacional	4	12,1	14	42,4	15	45,5
Eficácia alimentar e nutricional	3	9,1	15	45,5	15	45,5
15. Adequação da oferta	6	18,2	19	57,6	8	24,2
16. Respeito à cultura alimentar saudável	8	24,2	20	60,6	5	15,2
17. Execução do cardápio	3	9,1	12	36,4	18	54,5
18. Adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica	5	15,2	0	0	28	84,8
Monitoramento alimentar e nutricional	7	21,2	14	42,4	12	36,4
19. Vigilância nutricional dos escolares	4	12,1	5	15,2	24	72,7
20. Supervisão do nutricionista	19	57,6	5	15,2	9	27,3
Atuação Pedagógica	8	24,2	7	21,2	18	54,5
21. Ações de estímulo à Educação Alimentar e Nutricional	10	30,3	6	18,2	17	51,5
22. Transversalidade do tema alimentação saudável	3	9,1	13	39,4	17	51,5

Legenda: EE - Entidade Executora; PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Fonte: autoria própria.

Ao analisar as relações entre as dimensões Político Organizacional e Técnico Operacional por meio da correlação de *Spearman*, observamos uma correlação positiva significativa (0,386; p=0,026). Todas as subdimensões apresentaram pelo menos uma correlação positiva com as demais. As subdimensões "recursos" "atuação intersetorial" e "atuação pedagógica" se destacaram por terem o maior número de correlações. A subdimensão

"recursos" apresentou correlações positivas significativas com as subdimensões "atuação intersetorial" (0,669; p<0,01), "monitoramento alimentar e nutricional" (0,509; p<0,05), e "atuação pedagógica" (0,539; p<0,01). A "atuação intersetorial" foi associada positivamente ao "controle social" (0,427; p<0,05), "monitoramento alimentar e nutricional" (0,502; p<0,01), e "atuação pedagógica" (0,539; p<0,01). Por fim, a "atuação pedagógica" também apresentou correlação positiva com a subdimensão "eficácia alimentar e nutricional" (0,389; p<0,05) (Tabela 3).

Tabela 3. Coeficientes de correlação de *Spearman* entre as subdimensões que contemplam a avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Goiás, Brasil, 2018. (n=33)

	Recursos	Atuação intersetorial	Controle social	Eficácia alimenta e nutricional	Monitoramento alimentar e nutricional	Atuação pedagógica
Recursos	1,000					
Atuação intersetorial	0,669**	1,000				
Controle social	0,263	0,427*	1,000			
Eficácia alimentar e nutricional	0,296	0,342	0,055	1,000		
Monitoramento alimentar e nutricional	0,509**	0,502**	0,132	0,091	1,000	
Atuação pedagógica	0,539**	0,360*	0,287	0,389*	0,292	1,000

Legenda: *p< 0,05; **p<0,01
Fonte: autoria própria.

Este estudo revela uma avaliação abrangente da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 33 municípios de Goiás. Os resultados indicam que apenas dois municípios foram classificados como tendo uma gestão municipal “boa”. Um aspecto distintivo desta pesquisa é a análise associativa, que destaca como as subdimensões de recursos que incluem os recursos humanos e financeiros, da atuação intersetorial e

pedagógica influenciam e se correlacionam positivamente com as demais áreas da gestão municipal do PNAE.

Comparando esses resultados com estudos anteriores nas 10 maiores cidades de Santa Catarina e nas três capitais da região sul do Brasil, onde nenhum município foi avaliado como "bom" (Gabriel *et al.*,2014a; Gabriel *et al.*,2015), este estudo demonstra um desempenho relativamente melhor na avaliação geral da gestão municipal. Um estudo recente de 2024, sobre gestão do PNAE em municípios paranaenses também identificou variações expressivas nas práticas de gestão, desde modelos democrático-participativos com sinergia e plena utilização de recursos, até cenários de fragmentação institucional e baixa adesão de agricultores familiares (Fanin *et al.*,2024). Isso sugere que, apesar dos desafios identificados, os municípios de Goiás podem estar mais bem posicionados em termos de gestão do PNAE, e que a efetividade do programa varia significativamente conforme as práticas de gestão local.

Um ponto positivo identificado foi a participação da Entidade Executora na execução financeira do PNAE na maioria dos municípios. Isso indica que os gestores locais estão contribuindo com recursos próprios, além do repasse do FNDE, o que é um fator de comprometimento da gestão municipal com a aquisição de gêneros alimentícios para as escolas (Belik; Chaim,2009). Um exemplo essa participação pode ser observada também em um município paranaense, onde o complemento financeiro municipal corresponde a cerca de 60% do valor repassado pelo FNDE, demonstrando um forte comprometimento local e flexibilidade na adequação dos cardápios às necessidades nutricionais dos alunos (Hansel *et al.*, 2024).

No entanto, um desafio significativo é a inadequação do quadro de nutricionistas, que não atende aos parâmetros mínimos estabelecidos pela legislação (Brasil, 2010; 2018), corroborando com outros estudos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país (Gabriel *et al.*, 2014a; Gabriel *et al.*, 2015; Corrêa *et al.*, 2017; Souza *et al.*, 2017). Essa situação leva muitos nutricionistas a desempenharem suas funções de forma isolada, sem pares para discussões ou solução de conflitos (Nogueira *et al.*, 2020). Além disso, a maioria dos nutricionistas não recebe salários compatíveis com o piso da categoria e não

possui condições adequadas para realizar suas atividades técnicas. Isso levanta preocupações sobre a capacidade da gestão municipal de garantir a qualidade da alimentação escolar, dada a possível sobrecarga de trabalho e a falta de fiscalização por parte de órgãos competentes, como o Conselho Regional de Nutricionistas (Souza *et al.*, 2017; Sousa *et al.*, 2019).

No que se refere à atuação do nutricionista na supervisão e acompanhamento mensal das escolas atendidas pelo PNAE, o estudo revela um desempenho relativamente melhor, mesmo com o quadro de nutricionistas abaixo do recomendado na maioria dos municípios. Isso sugere que, apesar das limitações, os nutricionistas estão desempenhando um papel importante na garantia da qualidade da alimentação escolar. Esse resultado se diferencia dos outros estudos que avaliaram a gestão do PNAE na região sul, em que nenhum município foi avaliado como bom no indicador "supervisão do nutricionista" (Gabriel *et al.*, 2014a; Gabriel *et al.*, 2015). Porém, em um estudo que avaliou a atuação de 115 nutricionistas, apontou resultados positivos com visitas mais frequentes nas escolas em que 48,7% realizaram visitas semanais a quinzenais (Corrêa *et al.*, 2017). Além disso, a presença do nutricionista nas Unidades de Alimentação e Nutrição Escolar podem favorecer as melhores condições sanitárias (Oliveira *et al.*, 2022).

No que diz respeito à articulação intersetorial, a pesquisa mostra que a maioria dos municípios teve um desempenho ruim na promoção do desenvolvimento regional por meio da aquisição de alimentos da agricultura familiar. Isso pode ser atribuído à falta de eficiência na gestão para estabelecer parcerias eficazes com os agricultores familiares e à falta de acesso à assistência técnica, especialmente quando comparada à assistência técnica oferecida aos grandes produtores (Saraiva *et al.*, 2013; Ferigollo *et al.*, 2017; Machado *et al.*, 2018).

Estudos que avaliaram a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE no âmbito nacional, aponta que o Centro-Oeste foi o que apresentou menor aquisição da agricultura familiar, particularmente o estado Goiás o menor percentual (Saraiva *et al.*, 2013; Ferigollo *et al.*, 2017). Destaca-se que o Centro-Oeste é predominantemente do agronegócio, sem ênfase para a

agricultura familiar, e este pode ser um fator determinante para a realidade evidenciada no presente estudo. Diferente da região Sul, em que a aquisição de alimentos e as ações de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar foram bem avaliadas (Gabriel *et al.,* 2014a).

Em outro estudo realizado na região sul, uma secretaria municipal de educação, por meio da nutricionista responsável, articulou o processo de compra desde 2010, envolvendo a Secretaria de Agricultura, o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) do estado e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, alcançando 100% do recurso federal para a agricultura familiar desde 2019 e investindo recursos municipais adicionais. A atuação da nutricionista responsável foi central na articulação, a gestão democrática e intersetorial resultou em uma boa relação e comunicação entre todos os envolvidos (Hansel *et al.*, 2024).

Quanto ao controle social, a pesquisa destaca a irregularidade na atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), devido ao baixo número de reuniões registradas em ata. Isso é preocupante, pois o CAE desempenha um papel fundamental na fiscalização do cumprimento das diretrizes do PNAE e na emissão de pareceres conclusivos sobre a execução local do programa (Brasil, 2009, 2020). Em um estudo nas comunidades remanescentes de quilombos em Goiás, mostrou que 75% dos conselheiros desconheciam o valor per capita para os estudantes (Fortunato *et al.*, 2023).

A análise associativa realizada nesta pesquisa oferece uma visão sobre as interações entre os diversos fatores da gestão do PNAE. Por exemplo, foi observada uma associação positiva entre a atuação intersetorial e recursos, bem como entre a atuação intersetorial e o controle social. Isso indica que as ações de articulação com os agricultores familiares estão relacionadas ao investimento da gestão na adequação da equipe técnica do programa e à atuação eficaz do CAE. Em uma pesquisa realizada com 93,2% dos municípios brasileiros, a compra de alimentos da agricultura familiar mostrou-se maior nos municípios com a presença do nutricionista, no estado de São Paulo, houve um aumento de 31% da compra da agricultura familiar em municípios com a inserção desse profissional (Machado *et al.*, 2015, 2018). Ademais, no estudo

realizado nas três capitais da região sul do Brasil, os autores elencaram a relação positiva da atuação intersetorial com o setor saúde, ao disponibilizar dados antropométricos anuais dos escolares para o monitoramento dos estudantes (Gabriel *et al.*, 2015).

Além disso, a pesquisa destaca a correlação entre a eficácia alimentar e nutricional e a atuação pedagógica, sugerindo que a qualidade da alimentação escolar está intrinsecamente ligada às práticas de EAN nas escolas. Entende-se que a prática de comer na escola se dá ao mesmo tempo que a prática de educar para o ato de comer, pois a alimentação com qualidade presente todos os dias letivos na escola por si só representa uma estratégia pedagógica (Barbosa *et al.*, 2013).

Uma pesquisa nacional realizada com 56 coordenadores pedagógicos e professores apontam que há desconhecimento de seus papeis como agentes do PNAE, além de não receberem treinamento e não fazerem parceria com o nutricionista para incluir o tema alimentação em sala de aula (Oliveira *et al.*, 2023). No entanto, experiências exitosas, demonstram que a realização de projetos de educação alimentar e nutricional nas unidades de ensino e o letramento em gestão pública de alimentação escolar, que envolve a discussão sobre a importância do PNAE e suas diretrizes, fortalecem a atuação pedagógica e o compromisso dos envolvidos (Fanin *et al.*, 2024).

Em suma, os resultados deste estudo revelaram que, embora a maioria dos municípios goianos tenha recebido uma avaliação negativa da gestão, existe uma variação notável na qualidade da gestão municipal do PNAE no estado de Goiás. Isso indica que há margem para melhoria e que nem todos os municípios enfrentam desafios igualmente na gestão do programa.

É evidente que os gestores municipais precisam aprimorar suas ações, com ênfase especial em áreas críticas, como recursos humanos, gestão financeira, atuação intersetorial e práticas pedagógicas. Esses fatores surgiram como pontos sensíveis que parecem ter um impacto negativo na implementação eficaz do programa. Portanto, de forma prática, sugere-se que os municípios concentrem seus esforços nessas áreas para melhorar a qualidade da alimentação escolar e o desempenho geral do PNAE.

Algumas limitações deste estudo devem ser destacadas. A coleta de dados presencial representou um desafio, uma vez que dificultou a obtenção de informações de um maior número de municípios em Goiás, o que por sua vez pode limitar a generalização dos resultados para outras regiões do Brasil, uma vez que as condições e desafios podem variar consideravelmente dependendo do contexto. Além disso, enfrentou-se dificuldades na obtenção de alguns documentos junto à gestão do programa, como as atas de reuniões do CAE e documentos relacionados aos recursos financeiros, o que pode ter impactado na precisão das análises. Em muitos casos, essas dificuldades foram justificadas pela mudança na gestão municipal. Adicionalmente, o estudo não controla ou relata outros fatores que podem afetar a gestão do PNAE, como as políticas estaduais específicas, por exemplo a presença de cantinas dentro do ambiente escolar.

No entanto, é importante ressaltar a relevância do tema deste estudo, o que tem implicações diretas na alimentação e nutrição dos escolares, bem como nos recursos públicos. Também há se destacar sua originalidade ao estabelecer correlações entre os fatores que influenciam na gestão municipal do PNAE, o que pode ajudar na compreensão das interações dos fatores determinantes envolvidos na implementação do PNAE. Isso representa um diferencial em relação a outros estudos semelhantes que não exploraram essa dimensão. Além disso, este é o único estudo conhecido que avalia a gestão do PNAE em municípios da região Centro-Oeste do Brasil, o que contribui para contextualizar e comparar a implementação do programa em diferentes contextos regionais, mesmo as limitações afetando a representatividade dos resultados.

A importância de estudos como este é reforçada pela necessidade estratégica de se avaliar o PNAE para garantir a qualidade da tomada de decisões, a responsabilização dos profissionais, o uso eficiente dos recursos e a melhoria dos resultados em saúde pública. A estruturação de sistemas de indicadores e a realização de pesquisas de avaliação consistentes são desafios cruciais para as políticas públicas (Bicalho *et al.*, 2022).

Ao evidenciar a expansão e evolução do PNAE, somados aos fatores identificados e aos desafios enfrentados pelos municípios para atingir os objetivos e diretrizes preconizadas na legislação, recomendam-se as seguintes ações:

1) maiores investimentos em assessorias e assistências técnicas locais, de forma permanente e regular;
2) capacitação e formação de nutricionistas para que possam desempenhar um papel mais eficaz nas escolas;
3) políticas salariais e de condições de trabalho adequadas para nutricionistas compatíveis com a importância de sua função;
4) desenvolvimento de estratégias para fortalecer a relação entre municípios e agricultores familiares, facilitando a aquisição de alimentos locais para o PNAE, o que pode ocorrer por meio de capacitação dos agricultores, estabelecimento de parcerias e simplificação de processos de compra;
5) incentivo à inclusão do tema alimentação saudável no currículo escolar, por meio do desenvolvimento de materiais didáticos, programas de formação de professores e ações educativas;
6) suporte ao CAE, incluindo a realização regular de reuniões, treinamento dos membros do conselho e a divulgação transparente dos resultados das auditorias;
7) implementação de sistemas de monitoramento e avaliação contínua, com indicadores e metas, que possam permitir identificar problemas em tempo real e tomar medidas corretivas;
8) oferta de incentivos financeiros;
9) estímulo ao compartilhamento de boas práticas entre os municípios, permitindo que aqueles com melhor desempenho possam servir de modelos;
10) promoção da participação ativa da comunidade escolar, incluindo a criação de comitês locais;
11) transparência na prestação de contas de forma acessível ao público. É essencial que essas recomendações sejam adaptadas às necessidades

específicas de cada município e que haja um compromisso contínuo com a melhoria da gestão do PNAE.

3. Conclusão

Os achados deste estudo evidenciam fragilidades estruturais e operacionais na gestão municipal do PNAE em Goiás nas dimensões político-organizacional e técnico-operacional, mas também revelam correlações significativas entre subdimensões que apontam caminhos possíveis para seu aprimoramento.

As descobertas deste estudo podem ser valiosas para orientar a gestão local e direcionar as assessorias necessárias para aprimorar a eficiência do programa, contribuindo para o desenvolvimento de ações práticas e políticas públicas que promovam uma alimentação escolar mais saudável e eficaz em todo o estado de Goiás, estudos futuros sobre a temática podem reforçar esse movimento.

Referências

BARBOSA, Najla V. S.; MACHADO, Neila M. V.; SOARES, Maria C. V.; PINTO, Anelise R. R**.** Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 937–945, 2013.

BARRETO, Jorge Otávio Maia *et al.* An evidence-informed policymaking (EIPM) competency profile for the Brazilian Health System developed through consensus: process and outcomes. **Health Research Policy and Systems**, London, v. 21, art. 105, 2023.

BELIK, Walter; CHAIM, Naama Aparecida. National school meal program and municipal administration: management efficiency, social participation and local development. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595–607, 2009.

BICALHO, Daniela; LIMA, Tácio de Mendonça; SANTOS, Thanise Sabrina Souza; SLATER, Betzabeth. Desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 335–349, 2022.

BIRUK, Christina; McQUEEN, David V.; JONE, Catherine M. Global perspectives on health promotion effectiveness. **Preventing Chronic Disease**, Atlanta, v. 5, n. 3, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1994.

BRASIL. **Resolução n.º 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2020.

BRASIL. **Resolução CFN n.º 600, de 25 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no Programa de Alimentação Escolar. Brasília, DF: Conselho Federal de Nutricionistas, 2018.

BRASIL. **Resolução n.º 465, de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Federal de Nutricionistas, 2010.

CALASANS, Fabíola Vieira Matos; SANTOS, Selma Maria Carvalho dos. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desenvolvimento de um protocolo de indicadores. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 24–40, 2013.

CRUMPTON, Christopher D. *et al.* Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 981–1001, 2016.

CORRÊA, Renata Dalla Santa *et al.* Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 563–574, 2017.

FANIN, Élister Lilian Brum Balestrin *et al.* Práticas de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios paranaenses: processos políticogerenciais em torno do direito humano à alimentação. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1–22, 2024.

FERIGOLLO, Daiane *et al.* Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, P.1-10, 2017.

FORTUNATO, Geisa Juliana Gomes Marques Fortunato; MONEGO, E.T.; MARTINS, K.A.; PISCOYA, M.; OLIVEIRA, G.A.L. Avaliação da alimentação escolar: o cenário das comunidades remanescentes de quilombos em Goiás. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 30, e023009, 2023.

GABRIEL, Cristina Gonçalves. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: construção de modelo de avaliação da gestão municipal**. 2013. Tese (Doutorado em Nutrição) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GABRIEL, Cristina Gonçalves *et al.* Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 9, p. 2017–2023, 2014.

GABRIEL, Cristina Gonçalves *et al.* Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1731–1744, 2014.

GABRIEL, Cristina Gonçalves; GOULART, G.; CALVO, M. C. M. Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 6, p. 667–680, 2015.

HANSEL, Tiago Fernando, BACCARIN, Luana de Oliveira; LOURDES, Ivonete do Carmo de; AHLERT, Alvori; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Marechal Cândido Rondon (PR). **Boletim de Conjuntura – BOCA**, Boa Vista, ano VI, v. 18, n. 54, p. 140–157, 2024.

MACHADO, Paulo Machado de Oliveira *et al.* Purchase of products directly from family farms for the national school feeding program (PNAE): Cross-sectional study with the universe of Brazilian municipalities. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153–4164, 2018.

MACHADO, Paulo M. de Oliveira *et al.* Conselhos de Alimentação Escolar em Santa Catarina, Brasil: uma análise do Discurso do Sujeito Coletivo. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 305–317, 2015.

NERO, Dario da Silva Monte; GARCIA, Rosineide Pereira Muraback; ALMASSY, Alexandre Americo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, p. 1–23, 2023.

NOGUEIRA, Rosana Maria *et al.* Interpretação dos gestores da região de Campinas sobre a Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1–16, 2020.

OLIVEIRA, Giovanna Ângela Leonel; MARQUES, T.P.; MARCHEWICZ, T. A. S.; BORGES, L.J.; MARTINS, K. A.; SOUZA, T.A.C.; WEISS-ALEXANDRE, V.P. Hygienic and sanitary conditions of “Units of food and nutrition” at schools participating in the Brazilian School Feeding Program: What is the reality in Goiás? **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 33-41, 2022.

OLIVEIRA, Giovanna Ângela Leonel; MARTINS, Karine Anusca; MORTOZA, Andrea Sugai; MONEGO, Estelamaris Trônco. The Brazilian School Feeding Program: social representations of teachers and educational coordinators. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 119, 2023.

OLIVEIRA, Giovanna Ângela Leonel; MARTINS, Karine Anusca; MORTOZA, Andrea Sugai; MONEGO, Estelamaris Trônco. Política pública de alimentação escolar brasileira: quais foram os caminhos trilhados? **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, p. 1-22, 2024.

PEIXINHO, Ana Maria Lins. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909–916, 2013.

SARAIVA, Elizama Bonfim *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927–936, 2013.

SOUZA, Anelise Andrade de; BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves; BONOMO, Elido; SILVA, Camilo Adalton Mariano da. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 593-606, 2017.

SOUSA, Luma Morais de *et al.* Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 66–71, 2019.